

ANEXOS

ANEXO I - QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Distribuição dos colaboradores da CMVM por cargos e carreiras

Colaboradores	2017		2018		Variação anual (%)
	N.º	%	N.º	%	
Cargos dirigentes	23	10%	21	9%	-9%
Técnica	163	73%	179	74%	10%
Administrativa	36	16%	38	16%	6%
Auxiliar	3	1%	3	1%	0%
Total	225	100%	241	100%	7%

Fonte: CMVM

Quadro 2 – Distribuição dos colaboradores da CMVM por nível de habilitação literária (em 31 de dezembro)

Habilitações literárias	2017	2018
Ensino básico	3,60%	3,70%
Ensino secundário	13,30%	12,90%
Bacharelato	1,80%	1,70%
Licenciatura	53,30%	52,70%
Mestrado	24,90%	26,10%
Doutoramento	3,10%	2,90%

Fonte: CMVM

Quadro 3 – Distribuição por género em 2018

	N.º	%
Feminino	148	61%
Masculino	93	39%
Total	241	100%

Fonte: CMVM

Quadro 4 – Total de pedidos de apoio dos investidores

	2015	2016	2017	2018	var 2017/2018 (%)
Reclamações	1 712	1 112	1 384	462	-67%
Pedidos de informação	5 466	5 335	4 494	2 220	-51%
Denúncias	47	22	28	61	118%
Certidões	3 196	3 172	3 308	3 419	3%
Total	10 421	9 641	9 214	6 162	-33%

Fonte: CMVM

Quadro 5 – Total de reclamações entradas por tipo de entidade

Reclamações entradas por tipo de entidade reclamada	2014	2015	2016	2017	2018	2017/2018 (%)
Intermediários financeiros	1 089	1 669	1 088	1 349	436	-68%
Emitentes	157	25	15	14	10	-29%
Outros	32	18	9	21	16	-24%
Total	1 278	1 712	1 112	1 384	462	-67%

Fonte: CMVM

Quadro 6 – Reclamações entradas por tipo de instrumento financeiro

Tipo de instrumento financeiro	2018 (%)
Ações / Ações preferenciais / Direitos	30%
Obrigações / Papel comercial	26%
Fundos de investimento / Fundos de pensões	16%
Seguros Unit Linked	10%
Obrigações estruturadas (Notes)	5%
Outros instrumentos financeiros complexos	1%
CFDs / Certificados / Warrants / Opções / Futuros	1%
Outros / Não aplicável	11%

Fonte: CMVM

Nota: Tendo-se procedido a uma nova classificação de assuntos não é possível compará-los com os dados de 2017

Quadro 7 – Tipo de resolução das reclamações concluídas

Reclamações concluídas por tipo de resolução	2017	2018	var. anual (%)
Com resposta adequada do reclamado	466	400	-14%
Com resposta favorável ao reclamante	123	111	-10%
Com reembolso	61	43	-30%
Sem reembolso	62	68	10%
Com resposta não favorável ao reclamante	343	289	-16%
Com resposta não adequada do reclamado	69	196	184%
Fora da competência da CMVM	70	42	-40%
Desistência do reclamante	40	22	-45%
Esclarecimento pela CMVM sem necessidade de apresentação ao reclamado	224	155	-31%
Pendente de apreciação do tribunal	1	1	0%
Não admitida	2	0	-100%
Total	872	816	-6%

Fonte: CMVM

Quadro 8 – Reclamações recebidas por entidade reclamada em 2018

Entidade reclamada	N.º reclamações recebidas	Peso no total (%)	Varição nº reclamações face a 2017
>= 30 Reclamações recebidas			
Banco Santander Totta, SA (IF)	80	17,3%	-32,8%
Banco Comercial Português, SA (IF)	58	12,6%	-54,0%
Caixa Geral de Depósitos, SA (IF)	51	11,0%	-42,7%
Novo Banco, S.A. (IF)	50	10,8%	-35,1%
Banco BPI, SA (IF)	45	9,7%	32,4%
>= 10 e < 30 Reclamações recebidas			
Bankinter, S.A. - Sucursal em Portugal (IF)	27	5,8%	92,9%
Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Sucursal em Portugal (IF)	26	5,6%	-31,6%
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (IF)	15	3,2%	-75,0%
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (IF)	15	3,2%	-97,4%
Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A. (IF)	11	2,4%	-69,4%
>= 5 e < 10 Reclamações recebidas			
Banco ActivoBank, SA (IF)	8	1,7%	-33,3%
Barclays Bank PLC - Sucursal em Portugal (IF)	6	1,3%	-79,3%
Banco Invest, SA (IF)	5	1,1%	150,0%
Portugal Telecom International Finance B.V. (EMIT)	5	1,1%	-16,7%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), SA (IF)	5	1,1%	-37,5%
Banco BIC Português, SA (IF)	5	1,1%	-50,0%
> 1 e < 5 Reclamações recebidas			
Orey Financeira - Instituição Financeira de Crédito, SA (IF)	4	0,9%	33,3%
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros Vida, SA (ECPFC)	4	0,9%	(1)
Hefesto STC, SA (STC)	3	0,6%	200,0%
DeGiro B.V. (LPS)(I)	3	0,6%	-40,0%
Banco de Investimento Global, SA (IF)	3	0,6%	-50,0%
X-Trade Brokers Dom Maklerski S.A. - Sucursal em Portugal (IF)	2	0,4%	0,0%
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Crl (IF)	2	0,4%	-33,3%
BPI Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (IF)	2	0,4%	(1)
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA (ECPFC)	2	0,4%	(1)
Patris - Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA (IF)	2	0,4%	(1)
<= 1 Reclamação recebida			
Outros	23	5,0%	n.a.

(1) Sem reclamações no ano anterior.

Fonte: CMVM

Quadro 9 - Número de comunicações efetuadas/inseridas no sítio da CMVM na Internet

		2014	2015	2016	2017	2018	var. 2017/ /2018 (%)
Entidades Emitentes	Factos relevantes / Informação privilegiada	1 622	1 494	1 480	1 434	1 389	-3%
	Outras informações	2 837	2 758	2 395	2 117	1 760	-17%
	Prestação de contas	502	305	492	453	413	-9%
	Participações qualificadas	476	380	247	351	305	-13%
	Documentos de ofertas	1 099	902	509	271	275	1%
	Total	6 536	5 839	5 123	4 626	4 142	-10%
Organismos de Investimento Coletivo	Prospetos	616	216	619	582	568	-2%
	Regulamentos de gestão	439	245	527	474	243	-49%
	Relatórios e contas	1 349	578	792	724	706	-2%
	Informação relevante	1 446	1 350	1 154	955	1 428	50%
	Total	3 850	2 389	3 092	2 735	2 945	8%
Intermediários Financeiros	Preçários	85	67	62	47	51	9%
	Total	85	67	62	47	51	9%
Outros	Produtos financeiros complexos	258	125	99	51	1	-98%
	Unit-Linked	1 142	396	532	456	175	-62%
	Fundos de pensões abertos de adesão individual	398	87	81	107	95	-11%
	Total	1 798	610	753	614	271	-56%

Fonte: CMVM

Quadro 10 - Tráfego no site da CMVM

Área do site	2017		2018		2017/2018 variação %
	Visualizações de página	% total	Visualizações de página	% total	
Homepage	859 117	13%	780 258	12%	-9,2%
Sistema de difusão de informação (SDI)	4 014 674	63%	4 029 449	63%	0,4%
SDI - Emitentes	2 490 240	39%	2 526 800	39%	1,5%
SDI - Fundos / Gestão de ativos	768 041	12%	750 274	12%	-2,3%
SDI - Intermediários financeiros	171 138	3%	176 833	3%	3,3%
SDI - Capital de risco	70 892	1%	80 154	1%	13,1%
SDI - Peritos avaliadores de imóveis	67 343	1%	71 686	1%	6,4%
SDI - Auditores	52 895	1%	64 812	1%	22,5%
SDI - Outros	394 125	6%	358 890	6%	-8,9%
CMVM	186 561	3%	177 423	3%	-4,9%
Comunicados e contraordenações	136 166	2%	194 676	3%	43,0%
Legislação e consultas públicas	375 616	6%	373 465	6%	-0,6%
Publicações	72 137	1%	117 502	2%	62,9%
Estatísticas	41 656	1%	41 540	1%	-0,3%
Atividade internacional	9 506	0%	10 482	0%	10,3%
Área do investidor	159 538	3%	185 296	3%	16,1%
Outros	525 749	8%	532 367	8%	1,26%
Total	6 380 720	100%	6 442 458	100%	0,97%
Nº de utilizadores	456 144		461 407		

Fonte: Google Analytics

Quadro 11 – Consultas públicas CMVM

Consulta pública n.º 1/2018

Projeto de Regulamento relativo à prestação de informação para efeitos de transparência e respetiva divulgação nos termos dos artigos 3.º a 11.º, 14.º a 22.º e 32.º do Regulamento (UE) n.º 600/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, do Regulamento Delegado (UE) 2017/587 da Comissão, de 14 de julho de 2016, do Regulamento Delegado (UE) 2017/583 da Comissão, de 14 de julho de 2016, e do Regulamento Delegado (UE) n.º 2017/577 da Comissão, de 13 de junho de 2016.

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 19 de janeiro de 2018)

Consulta pública n.º 2/2018

Projeto de revisão do Regulamento da CMVM n.º 2/2007 relativo ao exercício de atividades de intermediação financeira

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 23 de maio de 2018)

Consulta pública n.º 3/2018

Projeto de Regulamento da CMVM relativo às centrais de valores mobiliários

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 05 de junho de 2018)

Consulta pública n.º 4/2018

Projeto de Regulamento da CMVM relativo às sociedades de consultoria para investimento

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 23 de julho de 2018)

Consulta pública n.º 5/2018

Projeto de revisão do Regulamento da CMVM n.º 3/2007 relativo aos mercados regulamentados e sistemas de negociação multilateral

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 23 de julho de 2018)

Consulta pública n.º 6/2018

Projeto de revisão do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 17 de julho, relativo a organismos de investimento coletivo (mobiliários e imobiliários) e comercialização de fundos de pensões abertos de adesão individual

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 22 de agosto de 2018)

Consulta pública n.º 7/2018

Projeto de revisão do Regulamento da CMVM n.º 4/2007 relativo às Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços, e do Regulamento da CMVM n.º 5/2007 relativo à Compensação, Contraparte Central e Liquidação

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 3 de setembro de 2018)

Consulta pública n.º 8/2018

Anteprojecto de revisão do regime jurídico de auditoria

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 3 de novembro de 2018)

Consulta pública n.º 9/2018

Projeto de Regulamento que visa operar a oitava alteração ao Regulamento da CMVM n.º 7/2003

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 13 de dezembro de 2018)

Consulta pública n.º 10/2018

Projeto de Regulamento relativo às sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia

(Documento submetido a consulta pública até 12 de fevereiro de 2019)

Fonte: CMVM

Quadro 12 - Ações de supervisão presenciais realizadas

	2016		2017		2018	
	Iniciadas	Concluídas	Iniciadas	Concluídas	Iniciadas	Concluídas
Instituições de crédito nacionais	6	2	3	6	7	5
Sucursais de instituições de crédito	-	-	1	-		1
Instituições financeiras de crédito	1	-	-	-		
Sociedades financeiras de corretagem	-	-	-	-		
Sociedades corretoras	1	-	-	-		
Sociedades de consultoria para investimento	1	1	1	1		1
Sociedades gestoras de patrimónios	2	1	-	1		
Sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário	1	-	-	1	1	
Sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário	3	4	1	2	1	1
Sociedades de capital de risco	1	1	-	1		
Sociedades gestoras de fundos de titularização	-	-	-	-		
Sociedades de titularização de créditos	-	-	-	-		
Entidades comercializadoras de <i>unit-linked</i>	1	-	-	1		
Entidades gestoras de mercado ou de sistemas	-	-	1	1		
Peritos avaliadores de imóveis	-	-	1	1		
Total	17	9	8	15	9	8

Fonte: CMVM

Quadro 13 – Matérias analisadas nas ações de supervisão presencial em 2017 e 2018

Temas de supervisão abordados	IC		SGP		SCI		SGFIM		SGFII		SCR		Comerc.UL		EGMS		PAI		Total	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Avaliação do carácter adequado da operação	2	2			1	1													3	3
Organização interna do interm. financeiro e segreg. de funções					1	1	1	1	1		1								4	2
Comercialização de instrumentos financeiros / unit linked	3	3											1						4	3
Ordens de clientes	1				1	1													2	1
Categorização de clientes	2				1	1													3	1
Informação pré-contratual a investidores	2	2			1	1													3	3
Prevenção e gestão de conflitos de interesses	1	1			1	1					1								3	2
Prevenção do branqueamento de capitais	2		1		1		2	1											5	2
Salvaguarda de bens de clientes																			-	-
Valorização de ativos								1			1						1		2	1
Atividade de depositário de organismos de investimento coletivo		3																	-	3
Outras matérias	1	2			1		1	1			1				1				5	3

Fonte: CMVM. Legenda: IC - Instituição de Crédito/Sociedade Financeira, SGP - Sociedade Gestora de Patrimónios, SCI - Sociedade de Consultoria para Investimento, SGFIM - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SGFII - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SCR - Sociedade de Capital de Risco, Comerc.UL - Entidades comercializadoras de unit-linked, EGMS - Entidades Gestoras de mercados ou de sistemas

Quadro 14 – Registo operações/Aprovações prospetos (número)

	Transitados de		Entrados		Registados/ Aprovados		Recusados		Retiraram		Desistiram/ Não lançada		Transitados para
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
OPSO	0	5	2		4	2	0	0	0	0	1	0	0
OPSA	0	2*	2		2*	2	0	0	0	1	0	0	0
OPVA	0	1	0		1	0	0	0	0	0	0	0	0
OPA	1	3**	3		1**	6	1	0	0	0	0	0	2
Sub-total de ofertas	1	11	7		8	10	1	0	0	1	1	0	2
APB	1	2	5		3	3	0	0	0	1	0	0	0
APADM	1	7	4		7	3	0	0	0	0	0	0	1
AQP	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3	20	16		18	16	1	0	0	2	1	0	3

Fonte: CMVM.

* Os dois prospetos são igualmente OPVA. ** Um corresponde a prospetos de OPT e OPSO.

Legenda: OPSO - Oferta pública de subscrição de obrigações. OPSA - Oferta pública de subscrição de ações. OPVA - Oferta pública de venda de ações, inclui recolha de intenções. OPA - Oferta pública de aquisição. APB - Aprovação de Prospetos Base. APADM - Aprovação de Prospetos de Admissão (sem antecedência de oferta pública). AQP - Aquisições potestativas.

Quadro 15 - Ofertas públicas de aquisição

Sociedade Oferte	Sociedade Visada	Tipo de oferta	Nº valores mobiliários a adquirir	Preço (€)	Valor Previsto (€)	Valor Final (€)	Percentagem de sucesso (%)
MEO - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.A.	Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Oferta pública de aquisição geral e obrigatória do capital social do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. ¹	Até 4 485 573 ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
China Three Gorges (Europe) S.A.	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Oferta pública de aquisição geral e voluntária do capital social da EDP - Energias de Portugal, S.A. ²	Até 2 805 760.691 ações	3,26	Até 9 146 779 852,7	n.a.	n.a.
China Three Gorges (Europe) S.A.	EDP Renováveis, S.A.	Oferta pública de aquisição do capital social da EDP Renováveis, S.A. ³	Até 152 116 790 ações	7,33	Até 1 115 016 070,7	n.a.	n.a.

Fonte: CMVM.

Legenda: ¹ Pedido de registo de OPA indeferido pela CMVM, com extinção do processo administrativo, devido à impossibilidade definitiva de verificação de requisito legal.

² Registo da Oferta pública de aquisição pendente.

³ Registo da Oferta pública de aquisição pendente.

Quadro 16 - Aprovação de prospectos de admissão à negociação de operações de titularização

Emitente	Valor mobiliário	Operação	Créditos subjacentes	Cedente	Montante total admitido à negociação	Montante total da emissão
Gamma, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Obrigações titularizadas	Hipototta no. 13	Créditos hipotecários	Banco Santander Totta, S.A.	1 716 000 000 €	2 266 000 001 €
Hefesto, STC, S.A.	Obrigações titularizadas	Évora Finance	Créditos em incumprimento	Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.	123 000 000 €	176 323 000 €
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Obrigações titularizadas	Volta VI Electricity Receivables Securitisation Notes	Ajustamentos tarifários positivos referentes a custos de medidas de política energética respeitantes a sobre custos de produção de energia em regime especial, determinados para 2018, incluindo os ajustamentos dos dois anos anteriores (2016 e 2017)	EDP - Serviço Universal, S.A.	650 000 000 €	652 163 000 €
Hefesto, STC, S.A.	Obrigações titularizadas	Guincho Finance	Créditos em incumprimento	Banco Santander Totta, S.A.	84 000 000 €	126 100 000 €

Fonte: CMVM

Quadro 17 – Aprovação de prospectos de admissão à negociação de ações e obrigações

Emitente	Valor mobiliário	Montante total admitido à negociação
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	Ações	29 419 455,12 €
Flexdeal, SIMFE, S.A.	Ações	16 103 580,00 €
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Obrigações	25 000 000,00 €

Fonte: CMVM

Quadro 18 – Aprovação de prospectos de base

Emitente	Programa de Emissão	Valor mobiliário	Ativos	Adendas
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Programa de emissão no valor de 15 000 000 000 €	Obrigações hipotecárias	Créditos hipotecários	1
Banco Santander Totta, S.A.	Programa de emissão no valor de 12 500 000 000 €	Obrigações hipotecárias	Créditos hipotecários	1
Banco BPI, S.A.	Programa de emissão no valor de 7 000 000 000 €	Obrigações hipotecárias	Créditos hipotecários	4

Fonte: CMVM

Quadro 19 – Aprovação de peças publicitárias inseridas em ofertas

	2015	2016	2017	2018
Ofertas a trabalhadores	9	8	5	17
Ofertas com prospectos aprovados pela CMVM	64	57	64	92

Fonte: CMVM

Quadro 20 – Admissão e exclusão de emitentes nos mercados

	Admissão de emitentes	
	Ações	Obrigações
Mercado regulamentado	Flexdeal, SIMFE, S.A.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
		Hefesto, STC, S.A.
	Exclusão de emitentes	
	Ações	Obrigações
	Banco BPI, S.A.	BPI Vida e Pensões-Companhia de Seguros, SA
	Banco Santander, S.A.	
	Luz Saúde, S.A.	Banco Popular Portugal, S.A.
	SDC Investimentos, S.A.	
	Sumol+Compal, S.A.	
	Admissão de emitentes	
Mercado não regulamentado	Ações	Obrigações
	Raize Serviços de Gestão, S.A	SATA Air Açores-Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.
	Farminveste - SGPS, SA	
	Exclusão de emitentes	
	Ações	Obrigações
	Cipan, Comp. Ind. Produtora Antibióticos, S.A.	Auto-Sueco, Lda.

Fonte: CMVM

Quadro 21 – Registo de peritos avaliadores de imóveis

Peritos avaliadores de imóveis registados	Registados		Suspensos (*)		Cancelados		Ativos	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	em 31/12/2017	em 31/12/2018
Pessoas singulares	81	95	84	27	24	19	1321	1370
Pessoas coletivas	17	11	8	1	3	1	185	193
Total	98	106	92	28	27	20	1506	1563

Fonte: CMVM.

*corresponde à diferença entre suspensões e levantamento de suspensões.

Quadro 22 - Indicadores operacionais de supervisão dos mercados

Indicadores operacionais 2018	Contagem	Pesos
1. Ocorrências inseridas no registo diário	604	
1.1. Por tipo de origem	604	100,0%
Variação pontual e significativa do preço	355	58,8%
Variação persistente e significativa do preço	86	14,2%
Rumor ou notícia	71	11,8%
Outras situações (v.g. acréscimos de liquidez, características das ofertas, etc.)	92	15,2%
2. Análises preliminares (supervisão em tempo real)	35	
3. Análise de operações (supervisão em T+K)	52	
3.1. Por tipo de suspeita	52	100,0%
Abuso de informação privilegiada	23	44,2%
Manipulação de mercado	29	55,8%
3.2. Por tipo de conclusão	52	100,0%
Arquivamento	41	78,8%
Processo de averiguações preliminares	11	21,2%
Processo de contraordenação	0	0,0%
Notificação	0	0,0%
4. Comunicações de operações suspeitas	42	
4.1. Por tipo de origem	42	100,0%
Intermediários financeiros nacionais	13	31,0%
Intermediários financeiros estrangeiros (ex-vi de congéneres da CMVM)	26	61,9%
Investidores particulares	2	4,8%
Entidades gestoras de mercados	1	2,4%
4.2. Por tipo de suspeita associada	42	100,0%
Abuso de informação privilegiada	14	33,3%
Manipulação de mercado	28	66,7%
5. Comunicados sobre posições líquidas curtas	866	
5.1. Entidades short-sellers	59	
5.2. Emitentes visados	15	

Fonte: CMVM

Notas: Face às alterações na estrutura orgânica da CMVM, o ano de 2017 não é diretamente comparável com 2018.

Quadro 23 - Processos de contraordenação

Na CMVM	MER		GCP		QOI		DPQ		PIP		IFnA		IF		AUD		BCFT		PAI		Total	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Processos transitados de anos anteriores	21	16	20	27	19	13	5	6	0	0	9	6	21	29	4	11	0	0	0	1	99	109
Processos iniciados durante o ano	2	1	10	10	4	7	6	0	0	0	2	3	9	22	8	5	0	4	1	0	42	52
Processos objeto de junção durante o ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-2	0	0	0	0	0	0	0	-2
Total	23	17	30	37	23	20	11	6	0	0	11	9	30	49	12	16	0	4	1	1	141	159
Processos investigados e não instaurados	2	0	1	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3
Processos decididos	5	3	4	17	8	11	5	4	0	0	3	1	2	22	0	5	0	0	0	0	27	63
Processos em curso no final do ano	16	14	26	17	14	9	6	2	0	0	6	8	28	27	12	11	0	4	1	1	109	93
Total	23	17	31	37	22	20	11	6	0	0	11	9	30	49	12	16	0	4	1	1	141	159

Nos tribunais																						
Processos objeto de decisão final	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	6	2
Processos a decorrer no final do ano	1	0	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	5	4
Total	5	1	2	3	1	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	11	6

Fonte: CMVM

Legenda: MER - Integridade e Equidade do Mercado, GCP - Gestão Coletiva de Poupanças, QOI - Qualidade e Oportunidade de Informação, DPQ - Divulgação de Participações Qualificadas, PIP - Prestação de Informação Periódica, IFnA - Intermediação Financeira não Autorizada, IF - Intermediação Financeira, AUD - Auditor, BCFT - Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, PAI - Peritos Avaliadores de Imóveis.

Quadro 24 - Contencioso extra contraordenacional

	Contencioso Administrativo			Contencioso Tributário			Contencioso Cível			Total		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
(1) Processos em curso em 1 de janeiro de cada ano	19	17	22	7	7	6	12	121	137	38	145	165
(2) Processos iniciados	2	6	3	2	1	0	125	40	9	129	47	12
(3) Processos em curso durante o ano (1)+(2)	21	23	25	9	8	6	137	161	146	167	192	177
(4) Processos findos	4	1	3	2	2	1	16	24	36	22	27	40
(5) Processos em curso em 31 de dezembro de cada ano (3)-(4)	17	22	22	7	6	5	121	137	110	145	165	137

Fonte: CMVM

Quadro 25 – Presença da CMVM em grupos internacionais

ESMA – European Securities and Markets Authority	
BOARD OF SUPERVISORS	
MANAGEMENT BOARD	
Stakeholders Group	
Supervisory Convergence Standing Committee	
Supervisory Convergence Standing Committee - Enforcement Workstream	
CEMA – Committee on Economic and Market Analysis	
Corporate Reporting Standing Committee (CRSC)	
CRSC / European Enforcement Coordination Sessions	
CRSC / Audit Working Group	
CRSC / IFRS – International Financial Reporting Standards – PG	
CRSC / NRWG – Narrative reporting Working Group	
CRSC / ESEF – European Single Electronic Format Working Group	
CRSC / FITF – Financial Institutions Task Force	
Corporate Finance Standing Committee	
CFSC / Corporate Governance Working Group	
CFSC / Operational Working Group – OWG (Prospectuses)	
CFSC / Operational Working Group – OWG (Transparency)	
CFSC / Task Force on the new Prospectus Regulation	
Takeover Bids Network	
Market Integrity Standing Committee (MISC)	
MISC – Task Force	
Financial Innovation Standing Committee (FISC)	
FISC – Initial Coin Offerings/Virtual Currencies Task Force	
CRA Technical Committee	
Investment Management Standing Committee (IMSC)	
IMSC – Stress testing workstream	
IMSC / Operational Working Group – OWG	
IMSC/ITMG on the reporting obligations under the MMF Regulation	
Post-Trading Standing Committee	
Commodity Derivatives Task Force	
Secondary Markets Standing Committee	
Investor Protection & Intermediaries Standing Committee	
IT Management & Governance	
Markets IT Task Force	
Data Standing Committee (substitui o MDSC)	
MDSC/EMIR implementation Task Force	
ESMA Communications Network	
Human Resources Network	
ESMA Legal Network	
ESMA International Relations Network	
Supervisory Convergence Network (Brexist)	
ESRB – European Systemic Risk Board	
ESRB – General Board	
ESRB – Advisory Technical Committee	
IOSCO – International Organization of Securities Commissions	
Board	
President's Committee	
MMoU Monitoring Group	
European Regional Committee	
Assessment Committee	
CER – Committee on Emerging Risks	
MMoU Screening Group	
C1 – Auditing Subcommittee	
C4 – Committee on Enforcement and the Exchange of Information	
C5 – Committee on Investment Management	
C8 – Committee on Retail Investors	
C8 WG Retail Investor Complaint Handling and Redress	
EURONEXT + LCH.Clearnet + EMIR EURO CCP	
EURONEXT College of Regulators – Presidents	
Steering Committee	
WP3 – Working Party 3	
WP7 – Working Party 7	
College LCH	
College EMIR EURO CCP	
MIBEL	
Technical Committee	
Presidents' Committee	
EUROPEAN COMMISSION	
CE Company Law Expert Group	
AURC – Audit Regulatory Committee	
CEAOB – COMMITTEE OF EUROPEAN AUDITING OVERSIGHT BODIES	
Plenary	
CEAOB – Inspections Subgroup	
CEAOB – Enforcement	
CEAOB – Market Monitoring	
CEAOB – College KPMG	
CEAOB – College Deloitte	
CEAOB – College PricewaterhouseCoopers	
CEAOB – College Ernst and Young	
Euribor & Eonia College of Supervision	
FSB – Financial Stability Board	
FSB Regional Consultative Group for Europe	
IFIAR – International Forum of Independent Audit Regulators	
Plenary	
IIMV – Ibero-American Institute of Securities Markets Commissions	
Members Committee	
OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development	
Corporate Governance Committee	
G20/OECA Task Force on Institutional Investors and Long-term Financing	
European Corporate Governance Codes Network	
INFE – International Network on Financial Education	
Mediterranean Partnership	
Mediterranean Partnership	
Financial Action Task Force FAFT (GAFI)	
Money Laundering	

Fonte: CMVM

Quadro 26 - Literacia Financeira

Público-alvo	Total 2018
Ações de formação	
Formação de professores	62
Formação de formadores do IEFP	nº participantes
Lisboa	21
Porto	18
Sub- total	39
Formação de técnicos de autarquias	nº participantes
Chaves	15
Baião	20
Sub- total	35
Ações de sensibilização	
Escolas	nº alunos
Global Money Week	190
World Investor Week	60
Semana da Formação Financeira	1100
CMVM	200
Sub- total	1550
Autarquias	nº participantes
Semana Formação Financeira:	
CIM Tâmega e Sousa	400
CIM Alto Tâmega	350
Outras ações de sensibilização:	
Amarante	20
Lousada	50
Sub- total	820
Outros públicos	nº participantes
Psicólogos	20
Futebolistas	40
Empresários de MPME*	150
IEFP	70
Sub- total	300
Projeto "Todos Contam"	
Rede de Escolas Todos Contam	460
7.ª Edição Concurso Todos Contam	Candidaturas: 53
	Escolas: 91
	Alunos: 10 000
Distribuição de Cadernos de Educação Financeira às Escolas	4 035
Protocolos celebrados pelo CNSF	
Protocolo com o IEFP	1
Protocolo com a Ordem dos Psicólogos Portugueses	1
Protocolo com a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega	1

Fonte: CMVM

*MPME - micro, pequenas e médias empresas

ANEXO II – INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Quadro 1 - Principais rubricas do Balanço em 31 de dezembro de 2018

Principais rubricas do Balanço		31/12/2018	31/12/2017
Ativo	Ativo não corrente		
	Ativos fixos tangíveis	22 455	22 532
	Ativos intangíveis	2 294	1 384
	Outros ativos financeiros	26 156	13 143
	Diferimentos	21	3
		50 927	37 063
	Ativo corrente		
	Clientes, Contribuintes e utentes	1 111	2 196
	Outras contas a receber	2 948	2 106
	Diferimentos	953	633
	Caixa e depósitos bancários	4 753	18 331
		9 765	23 267
	Total do ativo	60 692	60 329
Património Líquido	Património	282	282
	Reservas	56 409	54 529
	Resultados transitados	0	455
	Outras variações no Património Líquido	746	714
	Resultado líquido do período	127	1 425
	Total do Património Líquido	57 564	57 405
Passivo	Passivo não corrente		
	Provisões	13	13
	Passivo corrente		
	Fornecedores	29	27
	Estado e outros entes públicos	603	570
	Outras contas a pagar	2 484	2 316
	Total do passivo	3 129	2 925
	Total do Património Líquido e Passivo	60 693	60 330

Milhares de Euros. Fonte: CMVM

Quadro 2 - Principais rubricas da demonstração dos resultados

	2018	2017
Impostos e Taxas	22 401	22 683
Transferências correntes e subsídios concedidos	-1 131	-1 151
Subsídios obtidos	220	0
Fornecimentos e serviços externos	-3 148	-2 997
Gastos com pessoal	-15 747	-15 107
Imparidade, provisões e var. justo valor	34	-257
Outros rendimentos e ganhos	145	525
Outros gastos e perdas	-884	-793
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	1 891	2 903
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	-1 778	-1 478
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	113	1 425
Juros e rendimentos similares obtidos	19	0
Resultado antes de impostos	132	1 425
Imposto sobre o rendimento do período	-5	0
Resultado líquido do período	127	1 425

Valores em milhares de euros. Fonte: CMVM

ANEXO III – DECISÕES JUDICIAIS EM 2018

I.I. CRIMES DE ABUSO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA E DE MANIPULAÇÃO DO MERCADO

I.I.I Suspensão Provisória

Em 2018, de entre os diversos processos em fase de inquérito criminal, foi proferida pelo Ministério Público (MP) apenas uma decisão, de suspensão provisória, que envolveu a perda das mais-valias obtidas pelos arguidos e pagamento de injunções a favor de instituições de solidariedade social.

Caso A

Em 2016, a CMVM participou ao MP um caso de indícios de abuso de informação, no qual dois investidores particulares adquiriram ações de uma sociedade nas vésperas da divulgação do primeiro de vários anúncios preliminares de OPA ocorridos. As ações foram adquiridas pelos investidores através do provisionamento das respetivas contas por parte de um terceiro. As ações adquiridas (excecionais face ao perfil de investimento) foram alienadas após a divulgação do anúncio preliminar da última OPA concorrente e após revisão em alta da contrapartida preliminarmente anunciada. Após a alienação das ações pelos dois investidores que as adquiriram, o montante do investimento acrescido das respetivas mais-valias auferidas foi transferido para contas do terceiro que havia provisionado as contas dos primeiros antes do início do investimento. Os três investidores revelaram uma clara intenção de ocultar as transferências de dinheiro, fazendo-as com recurso a descritivos não relacionados com as operações (e.g. "Pagamento Férias Neve" ou "Adiantamento Casa") e repartindo o montante global em montantes inferiores, as quais foram realizadas em datas posteriores à realização das vendas, incluindo em circuito internacional.

O MP, na fase de inquérito, optou pela suspensão provisória do processo, tendo os arguidos aceitado devolver integralmente a mais-valia obtida, ao Estado e SII, e no pagamento de injunções a favor de instituições de solidariedade social.

I.I.II. Despacho de Pronúncia

Caso B

Em 2012, a CMVM participou ao MP um caso de indícios da prática de um crime de manipulação do mercado. Tratava-se de um investidor estrangeiro que realizou, ao longo de um período de três meses, operações em que uma sociedade por si controlada assumia, simultaneamente, a posição de vendedora e de compradora de uma determinada ação (*wash trades* ou operações fictícias), num curto espaço de tempo, criando a aparência de que esse título estava a ser transacionado em volume muito superior ao real e com impacto ao nível dos preços médios registados. A atuação do investidor, pela sua frequência, quantidade envolvida nas operações e nas ofertas associadas fez com que o mercado registasse níveis de profundidade e de liquidez desse título superiores aos reais, levando assim os participantes desse mercado a basearem as suas decisões de investimento em informações que aquele sabia não corresponderem à realidade. As operações fictícias realizadas representaram cerca de 12% do total negociado pelas referidas ações no período analisado, com o valor médio por operação fictícia a registar valores superiores a mais de 16 vezes o valor médio por operação realizada no período, idóneas, assim, para alterar artificialmente o regular funcionamento do mercado do valor mobiliário em causa.

O MP abriu inquérito e deduziu acusação, em 2017. O arguido requereu a abertura de instrução, no início de 2018, reconhecendo a realização das operações,

mas alegando a ocorrência de um “erro na plataforma informática de gestão da carteira de títulos”, “que não funcionava com a rapidez e sincronização que o arguido pretendia”, negando a obtenção de qualquer benefício para si ou para a sociedade por si controlada.

Nesta fase processual foi proferido despacho de pronúncia a confirmar a acusação e a ordenar o envio do processo para julgamento. O Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa entendeu que o arguido “(...) enquanto operador profissional do mercado e de acordo com regras de experiência comum seria conhecedor do negócio e modo de funcionamento da plataforma, perdurando o suposto “erro” por 3 meses, sem que o arguido intervisse para o eliminar. Tal omissão não é compatível com o comportamento expectável de alguém na posição do arguido, pelo que o observado pela autoridade administrativa se deve ter por fruto da vontade do arguido em produzir um determinado resultado em seu benefício ainda que futuro, designadamente o de apresentar o título [da sociedade X] como uma boa opção de investimento aos seus clientes”. Pode ler-se que resulta demonstrado nos autos que “(...) o arguido, neste caso de forma consistente ao longo de meses, desenvolveu uma prática que é em si suscetível, idónea, a ter impacto sobre facto relevante (a liquidez) para a perceção que o mercado, os investidores globalmente considerados, têm de determinado título”. Pelo exposto, concluiu o Tribunal que “a conduta do arguido, que resultou suficientemente indiciada, pelo seu volume e consistência no tempo, sendo em si uma prática suscetível de colocar em risco a transparência do mercado”, pelo que resultam como “(...) indiciados todos os factos descritos na acusação (...)”.

I.I.III. Sentenças e Acórdãos

Decisões condenatórias

O Tribunal condenou dois arguidos, em dois processos, pela prática de crime de manipulação de mercado na tipologia de manipulação ruidosa e noutro na tipologia de operações fictícias (*wash trades*).

Caso C

■ O Ministério Público acusou, em 2016, um investidor, que havia sido administrador de uma entidade supervisionada pela CMVM, com formação académica especializada na área económica, pela prática do crime de manipulação de mercado. Na fase de averiguações preliminares, a CMVM constatou que esse investidor apresentava um padrão de negociação atípico pelo número de ordens de venda de um título com reduzida liquidez. A estratégia de intervenção do arguido no título consistia na compra e venda das ações em mercado, sendo os negócios realizados “consigo mesmo”, através das suas contas particulares e da conta de uma sociedade, da qual era o acionista maioritário (*wash trades*). O investidor colocava-se, quer do lado da compra, quer do lado da venda, transmitindo as respetivas ordens de compra e venda, por vezes através de diferentes intermediários financeiros, de modo a “cruzar” tais ordens e concretizar os negócios fictícios, provocando variações artificiais nos preços e criando a aparência de uma liquidez de que o título não dispunha.

O Ministério Público considerou que o arguido “(...) bem sabia que as transações supra descritas consubstanciavam operações de natureza fictícia, por terem sido realizadas entre si e a entidade da qual era o respectivo legal representante, detendo a totalidade do respectivo capital social, quer directa, quer indirectamente, através de familiares seus, não existindo assim alteração da titularidade material do referido título. (...) com os comportamentos acima descritos, o arguido agiu com o propósito conseguido de gerar um aumento artificial do volume de negociação das ações da [sociedade X] (...)”.

Em 2018, o Tribunal concluiu que o arguido atuou “ciente da ilicitude da sua conduta, e das consequências da sua actuação”, que existiu uma “formação artificial de preços” e que as operações “foram realizadas sem alteração do seu beneficiário económico”. O arguido foi condenado pelo crime de manipulação de mercado, com pena de multa, tendo sido declarada perdida a favor do Estado, a mais-valia auferida. O arguido recorreu da sentença condenatória.

Caso D

■ Em 2011 a CMVM comunicou ao MP factos relacionados com um investidor, detentor de uma participação qualificada num emitente com ações admitidas à negociação em mercado. O MP deduziu acusação, a qual foi confirmada, na fase de instrução, por despacho de pronúncia em 2012.

Em meados de abril de 2009, o detentor de participação qualificada e presidente do conselho de administração de sociedade concorrente do emitente, demonstrou intenção de reforçar a sua participação no emitente, em declarações a um jornal. Antes da divulgação da notícia, e logo após ter sido entrevistado,

o arguido ordenou, telefonicamente, junto do seu intermediário financeiro a aquisição de um lote considerável de ações, demonstrando a sua intenção de vender num curto espaço de tempo as ações – “mas é para desfazer no final do dia ou amanhã” – e de ocultar a compra das ações – “eu não quero estar a divulgar isto” ou “você não sabe de nada, foram compradas, mas não...está bem?” – As ações assim adquiridas pelo arguido foram alienadas na sessão seguinte, permitindo ao arguido a obtenção de uma mais-valia líquida considerável no espaço de 24 horas. A compra e venda dessas ações foi imputada a uma conta detida por uma sociedade controlada exclusivamente pelo arguido, que nunca antes tinha sido utilizada para transacionar instrumentos financeiros, tendo a respetiva conta sido provisionada com fundos, através de transferência de outra conta bancária detida pelo arguido, para fazer face à liquidação financeira da compra das ações. A compra das ações implicou a ultrapassagem de um limiar de participação qualificada que impunha a sua divulgação ao mercado; do mesmo modo, a venda subsequente das ações na sessão do dia seguinte envolveu a descida do limiar de participação qualificada. Contudo, essas operações não foram comunicadas ao mercado e foram ocultadas da CMVM.

A atuação do arguido passou, assim, pela disseminação de informação enganosa de natureza positiva acerca do título – dar a entender ao mercado que estava comprador do título já tinha intenção de venda –, no qual detinha participação qualificada, com o objetivo de provocar a sua valorização em mercado e aumentar o interesse dos demais investidores no título, de forma a permitir a alienação das ações adquiridas com mais-valia (típica tipologia de manipulação ruidosa, conhecida internacionalmente como *pump and dump*). Nas duas sessões em que o arguido atuou negociaram-se cerca de 27% mais ações do que as transacionadas na quinzena anterior, e a cotação de fecho das ações subiu mais de 18%.

O Tribunal de 1.ª instância, em 2018, concluiu que o arguido “demonstrou conhecer bem o mercado de valores mobiliários, percebeu como podia mexer com o mercado e obter mais valias passando a mensagem aos investidores de que ia alcançar uma posição qualificada (...) e que tinha o poder de provocar uma alteração no preço das ações. A maneira que encontrou para obter as mais valias desejadas foi a de passar uma informação que não correspondia à realidade, pois dava a entender que estava a adquirir ações quando na realidade as alienava”. A atuação do arguido foi objeto de condenação pela prática de um crime de manipulação de mercado (manipulação ruidosa), com pena de multa e declaração de perda a favor do Estado da mais-valia líquida auferida com as operações. A decisão transitou em julgado.

Decisão absolutória

O Tribunal absolveu um arguido pela prática de um crime de abuso de informação.

Caso E

O Ministério Público deduziu acusação, em 2017, pela prática do crime de abuso de informação contra um investidor, especialmente habilitado, designadamente pelo cargo que exercia à data dos factos numa entidade pública e pela formação académica especializada.

O processo-crime teve origem numa comunicação da CMVM, de 2016, relativa a um investidor, que alienou todas ações detidas de uma sociedade no último dia de negociação antes de divulgação de informação privilegiada de carácter muito negativo, permitindo ao investidor evitar a perda total do valor das ações.

De acordo com informação escrita prestada pela entidade pública, o investidor integrava o conjunto de colaboradores encarregue da preparação do evento que originou a perda total do valor das ações da sociedade emitente e a consequente cessação da sua negociação.

No julgamento, o Tribunal considerou demonstrado que, no momento em que ordenou a venda das ações, o investidor detinha informação sobre a preparação do evento que determinou a perda integral do valor das ações. Considerou, no entanto, que essa informação era já do conhecimento geral (por não ter sido possível à entidade pública salvaguardar a confidencialidade da informação), tendo por isso absolvido o investidor.

Com efeito, em 2018, o Tribunal Criminal de Lisboa proferiu sentença que absolveu o arguido pela prática do crime de abuso de informação, entendendo que a “informação (por mais que (...)) a mantivesse classificada como sigilosa) era notícia nos jornais... era pública”. Na sentença absolutória o Tribunal esclarece ainda que “não houvesse nenhuma informação no mercado (...) naquela data e não poderia esta informação conhecida pelo arguido em razão das suas funções (...) deixar de ser considerada informação privilegiada e, tendo o mesmo vendido ações suas após o seu conhecimento, não poderíamos deixar de considerar preenchido o tipo legal em apreço”. O Ministério Público interpôs recurso da sentença.

Acórdãos

Caso F

Em 2013, a CMVM participou ao MP um caso de indícios de abuso de informação no qual um investidor particular especialmente habilitado, designadamente pelos cargos exercidos, comprou, em 2012, ações de uma sociedade visada numa OPA no dia da publicação do correspondente anúncio preliminar de OPA, mas antes da sua divulgação. As ações foram alienadas na sessão subsequente com imediata mais valia. Tratou-se da única transação sobre as referidas ações realizada num horizonte temporal de três anos e uma das poucas transações sobre ações efetuadas nesse mesmo período pelo investidor. Em 2014, o Ministério Público deduziu acusação, tendo o arguido requerido a abertura de instrução, na sequência da qual foi proferido, em 2015, despacho de pronúncia, tendo nomeadamente o Tribunal considerado que “não só não foi colocada em crise, nesta fase processual, a natureza excepcional das características da compra de ações da (...), como a prova produzida a consolidou, sedimentando-a em factos adicionais”.

Destacam-se dois entendimentos jurisprudenciais consagrados neste despacho de pronúncia: um a propósito da prova da transmissão da informação privilegiada pelos *insiders* primários e o outro sobre a admissibilidade da prova indireta neste tipo de crimes. Assim – e quanto ao primeiro: “Conforme se deixou explicitado, nas transcrições doutrinárias e jurisprudenciais supra efectuadas, neste tipo de crime, não há por via de regra, qualquer testemunha (*insider*) que admita em Tribunal que tenha transmitido qualquer informação privilegiada, fora do exercício da sua actividade profissional, pois isso redundaria na confissão da prática de um crime, o que em tese, é de franca improbabilidade de vir a acontecer.”

Explicitando, quanto ao segundo: “Sendo assente a prática impossibilidade de qualquer meio de prova directa, neste tipo de crime, impõe-se, como se descreveu, o recurso a outras ferramentas de investigação, como sejam o perfil de investimento do arguido anterior à data da aquisição das acções, a ligação ou o acesso (proximidade) a fontes privilegiadas de informação; a assunção de um especial factor de risco (...); o padrão de procura imediata de lucro (aquisição apenas algumas horas antes da divulgação da informação relevante e venda na sessão imediatamente a seguir).”

Em 2017, o Tribunal Criminal de Lisboa absolveu o arguido, na “ausência de verificação do pressuposto informação privilegiada, como fator determinante da aquisição de ações feita pelo arguido impõe por si só o não preenchimento pelo arguido dos elementos objetivos do tipo de crime que lhe vem imputado”, designadamente, por ter sido entendido que a informação relativa ao lançamento de OPA “era já do conhecimento público”.

O Ministério Público interpôs recurso da decisão proferida. Em 2018, o Tribunal da Relação de Lisboa proferiu acórdão, negando provimento ao recurso e confirmando a decisão recorrida, considerando que o Tribunal de 1.ª instância “ao abrigo do princípio da livre apreciação da prova (...) valorou o depoimento ao arguido e considerou-o coerente e plausível tendo concluído por isso ficar com sérias e inultrapassáveis dúvidas sobre o fundamento ilícito da actuação do arguido (...) dúvida essa que necessariamente conduziu a uma decisão favorável ao arguido em nome do princípio *in dubio pro reo*”.

Caso G

Em 2011, o Ministério Público deduziu acusação pela prática em coautoria de um crime de abuso de informação. A acusação surge na sequência de comunicação ao Ministério Público, pela CMVM, de transações realizadas por um investidor (à data administrador executivo de um banco) e pelo seu cônjuge, de compra intensa de ações no dia em que foi anunciada uma proposta de operação de fusão de duas sociedades com ações admitidas à negociação na Euronext Lisbon e de venda dessas mesmas ações nas duas sessões subsequentes à divulgação do comunicado. O montante investido na compra foi superior a 750 000 euros (com descoberto) para a obtenção de uma mais-valia de valor relevante, apenas dois dias depois. Pelo montante envolvido, a compra, não apresentava precedentes no padrão histórico de negociação dos investidores. O banco em que o investidor desempenhava funções de administração detinha, também à data dos factos, participação qualificada numa das sociedades cotadas envolvidas na fusão proposta.

O MP deduziu acusação em 2011, tendo os arguidos requerido a abertura da instrução. Em 2014, o Tribunal de Instrução Criminal do Porto proferiu despacho de pronúncia, tendo considerado que “a acusação louva-se e estriba-se em elementos probatórios adequados e suficientes” que justificam a remessa do processo para julgamento, o qual se veio a realizar em 2015. Durante as sessões de julgamento o arguido justificou principalmente a realização daquelas transações pela divulgação de uma notícia numa rádio – que ouviu durante uma viagem de carro – sobre um aumento do volume transacionado em mercado nessa manhã.

O Tribunal Criminal do Porto absolveu os arguidos, invocando na sua fundamentação o princípio *in dubio pro reo*. De acordo com a sentença de absolvição: “Foi coincidência? Não sabemos. Foi com base em informação privilegiada? Também não o sabemos. Concluindo, a acusação trouxe de facto indícios sobre a existência de informação privilegiada. A defesa, por seu turno, trouxe contra-indícios de que a mesma não existiu. Com efeito, a tese trazida pelo arguido não é descartável e é perfeitamente plausível. Também o é a tese trazida pela acusação. (...) a convicção negativa da prova resultou essencialmente do princípio *in dubio pro reo* segundo o qual um *non liquet* na questão da prova deve ser sempre valorado a favor do arguido.”

O MP interpôs recurso desta decisão, tendo o Tribunal da Relação do Porto, em 2016, concedido provimento ao mesmo e declarado a nulidade da sentença recorrida, ordenando que fosse substituída por outra que fizesse “reflectir de modo adequado o que o tribunal decidiu face à prova produzida, fundamentando adequadamente as suas opções, nomeadamente no âmbito do exame crítico das declarações dos arguidos, dos depoimentos testemunhais e dos demais meios de prova (...) que se entenda adequado realizar para concluir dos factos provados e não provados e naturalmente fazer reflectir essa fundamentação na restante fundamentação de facto e de direito e também no dispositivo da sentença”. Pode ainda ler-se que: “(...) torna-se claro que a sentença padece do vício da falta de fundamentação (...); (...) a verdade é que o exame crítico da prova não analisa devidamente todo o substracto documental essencial a uma correcta decisão sobre a matéria de facto e não faz uma apreciação valorativa essencial (credibilizando ou descredibilizando) sobre as declarações dos arguidos ou sobre os depoimentos testemunhais de alguns “protagonistas chave” do relato histórico dos factos em apreço”. O Acórdão da Relação do Porto refere mesmo que o Tribunal de primeira instância deveria fazer “uma análise crítica mais aprofundada sobre a pertinência ou consistência da tese factual da acusação que é suportada, em primeiro lugar pelos relatórios da CMVM e, depois, pela própria acusação do Ministério Público que a ela adere.”

Ainda em 2016, o Tribunal Criminal do Porto proferiu nova sentença absolutória dos arguidos, mantendo, no essencial, a fundamentação da anterior decisão. Em face do exposto, e considerando uma vez mais ter sido produzida prova em julgamento sobre a prática do crime, foi interposto novo recurso da decisão pelo Ministério Público.

Em 2017, o Tribunal da Relação do Porto proferiu novo acórdão a dar provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, decretando a inexistência da sentença recorrida e determinando “a sua substituição por outra que colmate a insuficiência ao nível da fundamentação no estrito respeito pelo decidido no anterior acórdão”. Pode, designadamente, ler-se no referido acórdão da Relação do Porto que, após já ter esgotado “o seu poder jurisdicional nessa matéria”, veio o Tribunal Criminal alterar “indevidamente a matéria de facto”, alteração essa que anda associada à “contaminação que está notoriamente refletida ao nível da fundamentação da própria convicção” do Tribunal Criminal. Ainda em 2017, o Tribunal Criminal do Porto proferiu nova sentença absolutória dos arguidos, tendo sido novamente interposto recurso pelo MP.

Em julho de 2018, o Tribunal da Relação do Porto proferiu terceiro e último acórdão a negar provimento ao recurso interposto pelo MP, confirmando a sentença absolutória, e considerando que “embora pudesse equacionar-se, em tese, que a análise da referenciada prova poderia admitir uma outra leitura crítica, (...) no mínimo, tão sustentável com a que estribou o decidido, o certo é que, (...), não pode afirmar-se que a análise encetada pelo tribunal recorrido foi efetuada à revelia da lei ou com uma clara preterição das regras da experiência comum (...)”. Foi, contudo, alterado um dos pontos da matéria de facto. Com efeito, deu o Tribunal da Relação do Porto como provado o envolvimento direto da arguida (cônjuge) na realização das transações, considerando que “a vasta documentação igualmente trazida aqui à colação permite retirar uma tal inequívoca e incontornável ilação, a qual, de resto, não é sequer minimamente contrariada pela própria arguida, nem poderia, tal é a documentada evidência do seu grau de envolvimento direto em tudo isto, envolvimento que, adiante-se já, é extensivo à sua própria participação (...) na decisão tomada no tocante à aquisição e ulterior venda das ações aqui em apreço”. Esta alteração da matéria de facto é coincidente com o entendimento do MP, que, recorde-se, havia deduzido acusação contra os dois intervenientes, em coautoria.

I.II Contraordenações

Sentença do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão datada de 20 de junho de 2018

O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) apreciou a impugnação judicial da decisão proferida pela CMVM, que condenou a entidade gestora de um fundo de capital de risco, pela violação do dever de identificação, previsto no n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, abreviadamente “LCBCFT”) e pela violação do dever de recusa previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º da LCBCFT.

Na sequência da audiência de discussão e julgamento, ficou provado que a recorrente, na qualidade de entidade gestora de um fundo de capital de risco, aquando da realização das operações de subscrição das unidades de participação do fundo, por uma pessoa coletiva, não efetuou qualquer diligência no sentido de identificar o beneficiário efetivo dos negócios de subscrição. Ficou, ainda, provado que, apesar de o recorrente não conhecer a identidade do beneficiário efetivo dos negócios de subscrição, não recusou a celebração de cada um dos três negócios de subscrição de unidades de participação do fundo de capital de risco, por si gerido.

O TCRS concluiu que a recorrente não diligenciou no sentido de obter os elementos formais e documentais sobre a identidade dos beneficiários do negócio celebrado, acrescentando que a recorrente não podia confiar que esse dever seria cumprido pelo banco depositário (das unidades de participação do fundo de capital de risco) ou por qualquer outra entidade, considerando que (ao contrário do sustentado pela recorrente) a obrigação de cumprimento do dever não foi nem podia ser transferida para terceiro.

O TCRS manteve a condenação da recorrente no pagamento de uma coima única no valor de 75 000 euros, suspensa, parcialmente, na sua execução em 25 000 mil euros, pelo prazo de dois anos.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa datado de 5 de julho de 2018

No dia 5 de julho de 2018, o Tribunal da Relação de Lisboa proferiu acórdão, no âmbito de incidente de quebra do segredo profissional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM").

No âmbito dos autos de inquérito, pendentes, à data, no Departamento de Investigação e Ação Penal ("DIAP") de Lisboa, a CMVM havia sido notificada pelo DIAP para junção aos autos de cópia de um processo de reclamação; em resposta à notificação, a CMVM invocou, nos termos do disposto no artigo 354.º do Código dos Valores Mobiliários, segredo profissional, referindo que não podiam os elementos requeridos ser disponibilizados.

Subsequentemente, o Ministério Público veio requerer que fosse suscitado incidente de quebra do sigilo profissional da CMVM. O Juízo de Instrução Criminal de Lisboa, considerando legítima a recusa da CMVM quanto à entrega da cópia do processo de reclamação, decidiu suscitar incidente de quebra do segredo profissional junto do Tribunal da Relação de Lisboa.

O Tribunal da Relação de Lisboa, por acórdão datado de 5 de julho de 2018, considerou que, quanto ao segredo das entidades reguladores independentes (como é o caso da CMVM), existe um relevante interesse público que aquelas entidades desempenham e salientou o papel da CMVM na estabilidade do sistema financeiro enquanto ditame e objetivo constitucional.

O Tribunal concluiu que a junção dos elementos requeridos era essencial para a descoberta da verdade, tendo a sua decisão sido tomada com fundamento na impossibilidade de obtenção dos elementos requeridos fora do contexto do incidente, na inexistência de meios alternativos que permitissem apurar a verdade. O Tribunal ponderou, ainda, a gravidade do crime investigado, para concluir que o mesmo impunha uma exigência na realização da justiça pela necessidade de proteção do bem jurídico em causa.

Por fim, considerando que devia ser aplicado o princípio da proporcionalidade ou proibição do excesso, o Tribunal salientou que se exige que a quebra do sigilo respeite e preserve todos os elementos cobertos pelo mesmo que não sejam necessários à realização da justiça por parte do Estado no caso concreto.

Assim, a decisão proferida pelo Tribunal da Relação de Lisboa concedeu a quebra do segredo profissional da CMVM, determinando que a CMVM juntasse os elementos requeridos, mas com a eliminação dos dados nominativos constantes da documentação, de forma a salvaguardar a proteção da reserva da intimidade da vida privada dos titulares dos referidos dados, e a truncagem dos elementos e factos relativos a outros instrumentos financeiros e a outros intermediários financeiros, que não aqueles indicados pelo denunciante nos autos de inquérito.

RELATÓRIO ANUAL / 2018

